



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

COMENTÁRIOS DA FENACOOP

PROPOSTA DE REVISÃO REGULAMENTAR DO SECTOR ELÉCTRICO

As cooperativas de consumo são, nos termos da Constituição e da Lei, entidades legítimas de representação dos interesses e direitos dos consumidores. A FENACOOP, Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores, nos termos do Código Cooperativo, representa o respectivo ramo do sector.

A FENACOOP irá pronunciar-se sobre esta matéria, no âmbito dos Conselhos Consultivo e Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), bem como na Audição Pública promovida pelo regulador, cingindo os seus comentários às propostas de revisão do Regulamento Tarifário e do Regulamento das Relações Comerciais. No entanto, e de uma forma mais alargada, tecemos comentários sobre o que nos parece serem, do ponto de vista dos consumidores, os aspectos mais importantes a considerar na discussão sobre a revisão dos regulamentos no sector da electricidade.

Sobre o REGULAMENTO TARIFÁRIO

Na **generalidade**, consideramos que a documentação entregue revela uma melhoria significativa da intervenção da ERSE tanto nas metodologias utilizadas como na atitude proactiva enquanto entidade reguladora. A documentação evidencia também as dificuldades e não apenas as oportunidades que o MIBEL pode acarretar quando na economia dominante (Espanha) se assumem opções regulatórias que visam corrigir/atenuar sucessivos erros e intervenções políticas desviantes do correcto funcionamento do mercado.

A correcção e harmonização do enquadramento tarifário entre as Regiões Autónomas e Portugal Continental no que é possível é também de saudar, muito especialmente porque resulta numa maior clareza e transparência da regulação sectorial.

Regista-se uma maior preocupação da ERSE quanto à eficiência e qualidade do sistema através do reforço da regulação por incentivos.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

Atendendo à actual conjuntura macroeconómica, esta revisão regulamentar deve ser encarada como uma oportunidade de rever a regulamentação tarifária no sentido de racionalizar aumentos tarifários. Em conformidade com as orientações da Troika e discussões políticas recentes, é expectável um aumento muito considerável da taxa de IVA incidente sobre a electricidade, com grande impacto nas facturas dos consumidores. Tal facto é particularmente penoso no caso dos consumidores finais, na medida em que, ao contrário das empresas estão impossibilitados de proceder à dedução do IVA. À luz do exposto, ainda que por questões alheias à regulamentação do sector, é expectável um aumento muito considerável nas facturas de electricidade pagas pelos consumidores finais.

Consequentemente, o actual contexto requer da parte da ERSE a implementação de um enquadramento regulatório ambicioso no sentido de aumentar a eficiência do sector eléctrico e minimizar as subidas tarifárias, sob pena de prejudicar ainda mais os consumidores finais, cujas facturas de electricidade já serão fortemente afectadas pelo aumento da taxa de IVA. Num contexto de crise e incerteza, o Regulador deve assumir que as *utilities* eléctricas (nos segmentos regulados ou não) se actuarem racionalmente como é expectável, deverão tomar diversas iniciativas com possível impacto no preço final da energia eléctrica.

Atendendo ao contexto actual e em conformidade com as posições assumidas pela Troika, consideramos que a ERSE deverá actuar proactivamente junto do Ministério da Economia, com o objectivo de promover a revisão da política energética, nomeadamente no sentido de estabelecer a redução dos preços garantidos previstos nos contratos com os PRE, sobretudo no que respeita a tecnologias mais maduras.

Da análise das alterações sugeridas no regulamento tarifário salientamos os pontos mais críticos na óptica dos consumidores, designadamente:



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

Introdução de preços de entrada na tarifa de Uso da Rede de Transporte a pagar pelos produtores de energia eléctrica em regime ordinário e em regime especial

Actualmente o operador da rede de transporte (ORT) aplica uma tarifa pelo uso da rede de transporte ao operador da rede de distribuição em MT e AT, ou seja, a tarifa é aplicada ao consumo. A ERSE propõe a introdução de uma tarifa de uso da rede de transporte a aplicar à entrada na rede, ou seja, uma tarifa aplicada à produção (designado de encargo G). Esta opção parece-nos justificável, até porque o Governo Espanhol se antecipou e, através do Real Decreto-Ley nº 14/2010, já implementou a tarifa à produção. Adicionalmente a opção espanhola quanto à variável utilizada para efectuar a facturação à produção recaiu sobre o termo energia em alternativa ao termo potência utilizado por alguns países que já introduziram esta tarifa. Se bem que a escolha do termo potência enquanto variável de facturação tenha justificativo racional, a harmonização com a opção espanhola é importante.

Importa também salientar que tal como é referido nos documentos apresentados, e no que concerne exclusivamente aos pequenos consumidores (BT), como a rede de BT é uma rede importadora, há isenção do pagamento de acesso à rede de toda a produção a ela ligada, o que se deve traduzir por um benefício para o consumidor final respectivo na medida em que o preço final da energia não vem acrescido. Porém, não devemos esquecer que este sistema implica que, de forma geral, os custos das redes exportadoras são suportados em parte pelos consumidores das redes importadoras.

A ERSE propõe ainda a definição de um regime particular a aplicar aos produtores em regime especial (PRE), de forma a manter o seu regime de remuneração garantida, neste momento assegurada por via legislativa. O regime proposto pela ERSE resulta na isenção de pagamento do encargo G pelos PRE, contrariamente ao que sucede para os restantes produtores. A ERSE propõe que seja o comercializador de último recurso (CUR) a suportar o encargo G, reflectindo este encargo na parcela Uso Geral do Sistema II. Daqui resulta que serão os consumidores de electricidade que suportarão a isenção de pagamento do encargo G dos PRE.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

A ERSE descreve ainda dois mecanismos alternativos para operacionalizar esta isenção de pagamento pelos PRE:

- O CUR efectua os pagamentos do encargo G ao ORT.
- Os PRE efectuam o pagamento do encargo G ao ORT, havendo depois uma transferência do CUR para os PRE, tal como neste momento acontece para a assegurar o preço garantido.

A ERSE manifesta preferência pelo primeiro mecanismo. Contudo, parece-nos que o segundo mecanismo tem diversas vantagens. Com o segundo mecanismo o ORT recebe o encargo G de todos os produtores de forma idêntica e sem discriminação por tipo de produtor, havendo assim uma clara identificação das receitas do ORT provenientes do pagamento dos produtores.

Este regime parece-nos também preferível num cenário de revisão da legislação que assegura a remuneração garantida aos PRE no sentido da redução dos regimes favoráveis atribuídos a estes produtores (preço garantido) relativamente aos restantes produtores. É aliás este o sentido da recomendação incluída no MEMORANDO assinado recentemente pelo Governo português, tal como está expresso no ponto seguinte:

“5.7. Avaliar a eficiência dos esquemas de apoio à co^ogeração e propor as opções para ajustar em baixa a tarifa bonificada de venda (feed^oin tariff) da co^ogeração (reduzir o subsídio implícito).[T4^o2011]”

Adopção de tarifas dinâmicas do tipo “critical peak pricing”

A ERSE propõe a introdução de tarifas do tipo *critical peak pricing* e nesse sentido propõe solicitar aos operadores de redes uma proposta que defina as variáveis fundamentais para implementar este tipo de tarifa. A ideia de utilizar *critical peak pricing* pode ser muito positiva, na medida em que diminui os custos dos consumidores



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

participantes e permite aos operadores desempenhar um papel na gestão da procura, evitando investimentos excessivos.

Contudo, como é referido no documento justificativo, o sucesso deste tipo de tarifas depende, em grande parte, da elasticidade da procura. Na realidade, só um conhecimento razoável da elasticidade da procura permitirá tomar uma decisão acerca das variações possíveis dos preços e dos seus efeitos. Nestas circunstâncias, a ERSE deveria desenvolver um estudo acerca da elasticidade da procura para apoiar a definição das variáveis fundamentais para a implementação deste tipo de tarifa.

Mecanismo de cálculo das tarifas transitórias de venda a clientes finais em MAT, AT, MT e BTE

Com a liberalização da actividade de comercialização de electricidade a clientes finais em MAT, AT, MT e BTE, a maioria dos clientes finais de electricidade nestes níveis de tensão, passariam idealmente a ser servidos por comercializadores em mercado livre. O Decreto-Lei n.º 104/2010 prevê que os clientes que decorrido período transitório (até 31 de Dezembro de 2011) ainda não tenham encontrado um comercializador em regime de preços livres, possa continuar a ser fornecido pelo comercializador de último recurso, aplicando-se neste caso uma tarifa transitória a estabelecer pela ERSE.

No sentido de fomentar a migração do mercado regulado para o mercado livre, no artigo 131º B da revisão do regulamento tarifário, a ERSE propõe um agravamento das tarifas transitórias de venda a clientes finais em MAT, AT, MT e BTE: *“As tarifas transitórias de Venda a Clientes Finais em MAT, AT, MT e BTE são determinadas nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de Setembro, pela soma da tarifa de Energia, da tarifa de Comercialização e da tarifa de Acesso às Redes, em cada nível de tensão, sendo agravadas por uma percentagem a determinar pela ERSE e publicada no despacho anual de publicação das tarifas.”*

Em nosso entender, de um ponto de vista teórico, faz sentido estabelecer um agravamento das tarifas transitórias de venda a clientes finais nos referidos níveis de



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

tensão, na medida em que promove uma rápida migração dos clientes do mercado regulado para o mercado livre. Não obstante, para que esta medida não resulte num agravamento dos preços de venda em mercado livre, é fundamental que a ERSE monitorize o nível de concorrência existente no mercado livre em matéria de comercialização de electricidade.

Dado que a procura de electricidade é tendencialmente caracterizada por uma baixa elasticidade face ao preço, verifica-se que, quando o mercado livre é caracterizado por um baixo nível de concorrência, os comercializadores em mercado livre podem aproveitar a subida transitória da tarifa regulada (que aumenta o custo de oportunidade da manutenção no mercado regulado) para aumentar o preço praticado em mercado livre de forma permanente (pelo menos se não existirem grandes pressões concorrenciais). Tal questão não se coloca quando existe um nível de concorrência suficientemente alto, na medida em que o processo de concorrência entre comercializadores impede-os do aproveitamento das rendas associadas ao aumento do custo de oportunidade da manutenção dos clientes em mercado regulado.

Apesar do grau de concorrência no mercado da electricidade ser claramente superior ao verificado noutros sectores (como por exemplo, o gás natural), no sentido de impedir uma subida (permanente) dos preços da electricidade devido ao agravamento das tarifas transitórias, consideramos desejável a elaboração de um estudo de concorrência no sector eléctrico por parte da ERSE. Nesse estudo, seria desejável, (i) identificar e analisar a evolução do peso da empresa incumbente e do peso de novos *players* no que respeita à actividade de comercialização de electricidade em mercado livre, (ii) analisar eventuais discrepâncias geográficas no que respeita ao dinamismo da concorrência em mercado livre, (iii) analisar o impacto da liberalização no preço da electricidade pago pelos consumidores (pelo menos, no que respeita a um conjunto representativo de perfis de consumo).

A análise rigorosa e objectiva ao nível de concorrência no sector é assim fundamental, não só para aferir o sucesso do processo de liberalização do mercado de electricidade



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

mas também para averiguar a razoabilidade de medidas como o agravamento das tarifas transitórias (que como já foi referido, podem originar aumentos tarifários no mercado livre, caso este não esteja suficientemente exposto a pressões concorrenciais).

Aperfeiçoamento do mecanismo de convergência das TVCF para as tarifas aditivas

A simplificação proposta pela ERSE com o intuito de acelerar a convergência dos preços das TVCF em BTN para as tarifas aditivas parece-nos positiva.

A ERSE prevê também a possibilidade de aplicar parâmetros diferenciados de limitação das descidas tarifárias relativas, com o objectivo de acelerar a convergência tarifária, bem como controlar as variações tarifárias por escalão. À partida esta opção é razoável mas será necessária uma análise muito cuidada na definição dos parâmetros, acompanhada de uma avaliação detalhada dos efeitos sobre cada escalão uma vez que a diferenciação poderá significar que a convergência para as tarifas aditivas recaia de forma diferente sobre os diversos escalões de consumo.

Regime de interruptibilidade (Portaria n.º 592/2010, de 29 de Julho) e exploração de zona piloto para aproveitamento de energia a partir de ondas marítimas (Resolução do Conselho de Ministros n.º49/2010)

A ERSE incorporou as alterações decorrentes da Portaria nº592/2010 de 29 de Julho relativa ao regime de interruptibilidade. Observe-se contudo, que a referida Portaria sofreu, até ao momento, duas alterações. A base de consumidores que podem beneficiar deste regime, beneficiando dos descontos previstos, é agora mais ampla, não se restringindo aos clientes de MAT e passando a incluir os clientes em AT e MT. Esta medida, que tem dado bons resultados em Espanha, é do maior interesse quer para as empresas quer para uma melhor gestão do sistema eléctrico nacional. Isto porque, ao permitir à REN – o Operador de Sistema – cortar o abastecimento de energia às empresas com aviso prévio, tendo como contrapartida uma redução do preço final (que



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

o Ministério da Economia calculou poder atingir 13%), evita a entrada de centrais para cobrir picos de consumo pontuais.

A Portaria nº 117/2011 de 25 de Março veio alterar o âmbito de aplicação da Portaria nº1309/2010, eliminando assim os casos das empresas que fiquem excluídas das duas Portarias anteriores, criando um patamar de remuneração para as empresas com potência contratada superior a 4MW e, simultaneamente, garantindo a exclusão dos consumidores que já prestem o serviço de interruptibilidade ao abrigo da Portaria nº592/2010.

A maioria esmagadora das empresas que podem beneficiar deste regime consomem em MT. O serviço de interruptibilidade obriga a REN a conceder um pré-aviso mínimo entre duas horas e zero minutos, sendo a duração máxima dos cortes de 12 horas a uma hora. As alterações introduzidas alargam também o acesso ao regime de interruptibilidade pelas empresas que contratam energia fora da tarifa regulada. Mas tal não é inovador, já que esta alteração se impunha com a extinção dos preços regulados.

De uma forma geral, o que se apresenta na Proposta ora apresentada pela ERSE, apenas nos suscita uma chamada de atenção para a clarificação das regras transitórias e a necessidade de uma monitorização muito cuidadosa deste período como pré-condição para uma boa implementação desta ferramenta com provas já dadas a nível internacional. Por outro lado, a ERSE deverá seguir de perto outras experiências do mesmo tipo e suas possíveis implicações legais de âmbito comunitário.

O apoio à inovação constitui uma das razões para a intervenção do Estado no mercado de energia. Em concreto, em paralelo com a existência de monopólio e a questão ambiental, a inovação é assumidamente uma Falha de Mercado que justifica a intervenção no mercado. A inovação envolve externalidades positivas evidentes mas que exigem, da parte do Regulador, uma monitorização cuidadosa e dinâmica. Em princípio, os investimentos numa determinada tecnologia inovadora deverá



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

proporcionar futuras reduções no custo dessa tecnologia e assim beneficiar futuros investimentos. Contudo, os investidores privados geralmente não internalizam completamente os benefícios que daí poderão advir para a sociedade. Por isso, o sub-investimento em inovação tecnológica é frequente.

Neste contexto, justifica-se a intervenção materializada na Resolução do Conselho de Ministros nº49/2010. Não obstante, atendendo:

- À experiência existente nos sistemas de apoio à energia eólica – tecnologia agora madura mas que continua a beneficiar de um sistema de apoio muito vantajoso – e ao solar fotovoltaico – tecnologia demasiado cara nesta fase e em que o nosso país não tem hipóteses concretas de desenvolver capacidades competitivas
- À actual situação de profunda crise económica e financeira que irá incidir pesadamente sobre as Famílias e as Empresas, em especial na área da electricidade e gás natural, pelo que recomenda-se a maior contenção e/ou eventual suspensão desta iniciativa.

Novo modelo de reporte da REN à ERSE relativo a informação de imputação de custos de serviços prestados por empresas do grupo REN

A ERSE propõe a aplicação de um novo modelo de reporte, a facultar pela REN à ERSE, para que se consiga obter de forma transparente e inequívoca, informação acerca da imputação dos custos prestados por empresas do grupo às actividades reguladas. No nº 1. A do Art.º 134º da Revisão do Regulamento Tarifário, a ERSE propõe que a REN, enquanto entidade concessionária da RNT, envie informação sobre os custos imputados pela empresa de serviços partilhados a cada actividade subdivididos da seguinte forma:

a) Custos imputados pela empresa de serviços partilhados

b) Custos directos, indirectos, de estrutura e outros (caso existam) e por natureza de custos;



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

c) Critérios de imputação por natureza de custos;

d) Percentagem de imputação dos custos da empresa de serviços partilhados por cada um dos seus clientes regulados e por natureza de custos;

e) Custos totais da empresa de serviços partilhados por natureza de custos.

No número 3A do artigo 141º, a ERSE dispõe obrigações similares relativamente à informação periódica a fornecer pelo comercializador de último recurso.

Consideramos extremamente positiva a preocupação manifestada pela ERSE na revisão do regulamento tarifário em relação à correcta afectação dos custos com serviços partilhados das diversas actividades desenvolvidas pela REN e pela EDP. De facto a incorrecta afectação dos custos com serviços partilhados entre actividades reguladas e não reguladas pode ser altamente prejudicial nomeadamente porque cria situações de subsidiação cruzada (em regra, a actividade não regulada acaba por ser subsidiada pela actividade regulada) que acabam por gerar situações de distorção de concorrência no âmbito das actividades não reguladas (uma vez que estas podem estar a ser beneficiadas face à concorrência devido à subsidiação cruzada por parte da actividade regulada).

Uma alocação rigorosa e objectiva dos custos com actividades reguladas e não reguladas é assim essencial, resultando em (i) tarifas de electricidade mais reduzidas, uma vez que só passam a estar incluídos nos proveitos permitidos, proveitos referentes aos custos com serviços prestados por conta de actividades reguladas; e (ii) a eliminação dos problemas de subsidiação cruzada, atenuando os problemas de distorção da concorrência causados pela subsidiação cruzada de actividades em mercado livre por parte de actividades reguladas.

Sobre esta matéria, consideramos ainda que a ERSE deveria promover um estudo retrospectivo sobre os custos com serviços partilhados da REN e da EDP em anos transactos, aferindo a magnitude de eventuais problemas de subsidiação cruzada das actividades não reguladas por parte das actividades reguladas. Caso estas situações se



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

tenham verificado no passado (resultando portanto num agravamento das tarifas por um excessivo nível de proveitos permitidos por conta de custos com serviços partilhados), consideramos que os consumidores de electricidade deverão ser ressarcidos dos aumentos tarifários decorrentes da subsídição cruzada, incluindo juros devidamente calculados de acordo com metodologia a definir pela ERSE.

Melhoria da metodologia de aplicação do *price-cap* da actividade de distribuição de energia eléctrica: tratamento diferenciado do OPEX e CAPEX e reanálise dos drivers de custos

Com o objectivo de melhorar a metodologia de aplicação da *price-cap* à distribuição, a ERSE propõe que o CAPEX seja retirado do mecanismo de *price-cap*, passando os investimentos a ser remunerados ao custo de capital da empresa. A justificação para esta alteração da aplicação da *price-cap* é bem explicada no documento justificativo.

Saúda-se a opção tomada de remunerar os investimentos aceites ao custo de capital da empresa e de integrar as amortizações respectivas nos proveitos permitidos. As metas de eficiência são aplicadas ao OPEX (ou aos custos controláveis). Contudo, esta opção envolve pressupostos que exigem ser cumpridos não apenas pela empresa responsável e pelo regulador mas por todas as entidades oficiais competentes, já que a contrapartida desta diminuição do risco sistemático da empresa de distribuição de energia eléctrica deverá ser o cumprimento rigoroso e atempado dos investimentos de acordo com o PDIRD.

Adicionalmente, no que respeita aos CAPEX, tal como é salientado no documento justificativo, esta situação pode criar condições para investimento ineficiente, devido ao efeito Averch Johnson (efeito AV). A ERSE propõe, para solucionar este problema, a vinculação da empresa “ao nível dos investimentos que se propõe efectuar no início do período regulatório,....”.

Tendo em consideração que a retirada do CAPEX da *price-cap* introduz o problema da assimetria de informação na relação do regulador com a empresa e que esta pode



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

antecipar o efeito AV, a simples monitorização do investimento para verificação de que se mantém ao nível a que a empresa se vinculou no início do período regulatório, pode não ser suficiente, sendo necessário verificar se esse nível de investimento é eficiente, o que é difícil em situação de assimetria de informação.

Nestas circunstâncias, era importante que a ERSE fizesse periodicamente um estudo muito aprofundado sobre o custo do capital, pois se este estiver bem definido é mais fácil evitar o efeito AV.

Promoção da inovação nas redes

A ERSE propõe a promoção de investimentos conducentes a inovação nas redes, admitindo em contrapartida o reconhecimento dos *“ganhos de eficiência para os consumidores decorrentes dos investimentos com carácter inovador, reduzindo custos operacionais como contrapartida desses investimentos, aplicando uma meta de eficiência adicional ao OPEX, tendo em conta a integração de investimentos de carácter inovador na base de activos regulada”*.

No sentido de promover os referidos investimentos com carácter inovador, a ERSE propõe uma maior remuneração do activo associado a investimentos inovadores do que a remuneração dos activos associados a outros investimentos.

De um ponto de vista estritamente teórico, a proposta da ERSE parece-nos aceitável e até desejável. Não obstante, consideramos que a implementação prática desta proposta pode revelar-se especialmente complexa, pelo que o enquadramento regulamentar deverá acautelar devidamente os interesses dos consumidores, nomeadamente a três níveis:

- Definição da **taxa de remuneração dos activos associados a investimentos inovadores** e definição da taxa de remuneração dos activos associados a investimentos não inovadores;



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

- **Concretização efectiva de reduções nos OPEX** em resultado dos investimentos inovadores;

- **Seleção criteriosa dos investimentos inovadores.**

Relativamente à remuneração dos activos afectos aos investimentos em inovação nas redes, a ERSE argumenta que a remuneração do activo associado a investimentos inovadores deverá ser maior do que o das restantes. Tal opção parece-nos justificável do ponto de vista teórico. Não obstante, importa referir (tal como reconhecido pela ERSE), que a aplicação desta metodologia obriga à apresentação separada dos investimentos convencionais e dos investimentos com carácter inovador. Nestas circunstâncias, gera-se um problema de informação assimétrica entre a ERSE e a empresa regulada, na medida em que esta está mais informada sobre a verdadeira natureza do investimento e pode tentar aproveitar-se desta informação privilegiada para sobre-estimar os investimentos inovadores no sentido de tentar obter uma maior remuneração, o que resulta num agravamento do preço da electricidade, penalizando os consumidores. Face ao exposto, concluí-se que para avançar com esta proposta, consideramos que a ERSE deve garantir que apenas são remunerados a uma taxa mais elevada investimentos directamente relacionados com inovação nas redes, definindo um mecanismo de exclusão dos demais investimentos.

Por outro lado, ainda no que respeita à remuneração dos activos, a separação dos investimentos inovadores e investimentos convencionais, deverá resultar numa redução da taxa de remuneração dos activos afectos a investimentos convencionais, uma vez que a taxa de remuneração dos activos anteriormente definida tinha como referencial a totalidade dos activos da empresa (independentemente de estarem associados a investimentos inovadores ou não). Com a separação dos dois tipos de investimentos, os activos afectos a investimentos convencionais respeitam a tecnologias maduras e têm inerente um grau de risco bastante reduzido, facto que se deverá reflectir numa menor remuneração face à actualmente adoptada para a globalidade dos investimentos.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

Relativamente à concretização efectiva dos ganhos de eficiência associados a investimentos inovadores na redução dos OPEX, a ERSE argumenta que os investimentos inovadores permitem uma redução mais significativa dos OPEX, facto que nos parece teoricamente válido. A ERSE propõe a aceitação pelo regulador dos objectivos de investimentos com carácter inovador para o período regulatório, após proposta do operador, devidamente acompanhadas da estimativa do potencial de redução dos custos operacionais. Uma vez que há um desfasamento temporal entre o momento em que é efectuado o investimento e o momento em que há uma redução efectiva dos OPEX, uma vez recebido o valor do investimento (a uma taxa remuneratória mais elevada), a empresa regulada pode aproveitar-se da situação de assimetria de informação face ao regulador, para subestimar a magnitude da redução dos OPEX, limitando o impacto tarifário dos investimentos inovadores. Como tal, consideramos essencial que fique regularmente estabelecido uma forma de compromisso da empresa em atingir metas mínimas de redução do OPEX (devidamente calendarizados), de acordo com parâmetros estabelecidos pelo regulador em sede de sub-regulamentação.

Por fim, no que respeita à selecção criteriosa de investimentos, a ERSE deve garantir que existem mecanismos para evitar situações de sobre-investimento, que seriam particularmente gravosas atendendo ao actual contexto macro-económico. Os critérios de selecção de investimentos adoptados devem garantir que apenas são implementados projectos com viabilidade económica. Uma vez mais, o estabelecimento de metas de eficiência mínimas ambiciosas para a redução de OPEX pode facilitar este processo de selecção de investimentos, uma vez que nesse caso, a própria empresa só pretenderá avançar com o projecto se este assegurar (pelo menos) o cumprimento das metas mínimas estabelecidas pela ERSE.

Alteração do mecanismo de aprovisionamento do CUR

A regulação da actividade dos CUR tem sido realizada com base em custos aceites. Por essa razão, os custos com a aquisição de energia eléctrica pelo CUR são suportados



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

pelos consumidores, não havendo incentivos para o CUR procurar soluções mais eficientes para a aquisição de energia eléctrica.

Contudo, a actividade de aquisição de energia eléctrica pelo CUR está condicionada pela legislação específica da actividade dos PRE. De acordo com esta legislação o CUR tem de assegurar um preço garantido aos PRE, que depois se reflectirá nos preços a pagar por todos os consumidores, uma vez que os custos com o preço garantido são transferidos para a parcela UGS II.

De forma a introduzir um mecanismo de incentivo à procura de soluções mais eficientes pelo CUR, a ERSE propõe a separação das funções de aquisição de energia eléctrica em duas funções: i) compra e venda de energia eléctrica para fornecimento de clientes; ii) compra e venda de energia eléctrica dos PRE.

Com a separação das duas funções será possível a introdução de mecanismos de incentivos à eficiência relativamente ao desempenho da primeira função.

O mecanismo proposto pela ERSE parece-nos positivo. A metodologia proposta pretende criar incentivos para o CUR racionalizar os custos com a aquisição de energia eléctrica para fornecimento aos seus clientes através de uma melhor combinação entre a aquisição a longo prazo e a curto prazo. À semelhança do que sucede em Espanha, a ERSE propõe um mecanismo de regulação por custos aceites na qual se define a priori o peso da aquisição por contrato a prazo e a aquisição no mercado à vista.

Contudo, os efeitos concretos desta medida, quer em termos do incentivo do CUR para procurar soluções de aquisição mais eficientes, quer em termos da repartição dos ganhos de eficiência entre o CUR e os consumidores, estão fortemente dependentes dos parâmetros a definir em sede de sub-regulamentação, pelo que esta definição deverá ser efectuada de forma muito cuidada.

A ERSE propõe ainda que a parte dos ganhos a reverter para os consumidores seja realizada através de uma redução das transferências para a UGS II, o que nos parece uma boa opção.



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

Reforço da regulação por incentivos da actividade de comercialização de energia eléctrica

Saúda-se esta iniciativa da ERSE que vai no sentido das preocupações da CE e da CEER (Conselho Europeu dos Reguladores de Energia).

A Proposta da ERSE suscita-nos apenas o seguinte pedido de esclarecimento:

- Quais os casos considerados para efeito do estudo pela Deloitte no que respeita à alínea iii – avaliar o posicionamento dos custos da EDP SU, no que respeita aos principais processos contratados à EDP SC, através de um estudo de benchmark.

Alteração do mecanismo de incentivo à redução de perdas nas redes de distribuição

A ERSE propõe alterar o actual mecanismo de incentivo à redução de perdas nas redes de distribuição, adicionando uma banda morta em torno das perdas de referência. Esta proposta visa atenuar as consequências do ponto de vista dos valores de incentivo (penalidade de pequenas variações do valor real das perdas em torno do valor de perdas de referência).

A proposta de alteração do regulamento nada estabelece quanto à magnitude da referida banda morta. Consideramos que caso esta medida resulte numa banda morta demasiado extensa, esta medida é indesejável na medida em que praticamente deixam de existir incentivos à redução de perdas por parte do ORD, penalizando os consumidores finais na medida em que deixam de haver incentivos por parte do ORD para a redução das perdas. Nesse sentido, consideramos que deveria ficar regularmente estabelecido um limite máximo para a magnitude da banda morta.

Uma vez que os níveis de perdas nas redes de distribuição ainda são consideravelmente superiores em Portugal face ao que se verifica em Espanha, consideramos ainda que a ERSE poderia estender esta alteração no mecanismo de incentivo à redução de perdas nas redes de distribuição, estabelecendo um mecanismo mais ambicioso, por exemplo



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

através de uma penalização mais forte das perdas para a ORD que assim tem mais incentivos a evitar perdas nas redes de distribuição.

Sobre o **REGULAMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS**

Na **generalidade**, consideramos que a presente proposta de revisão visa sobretudo adaptar a realidade portuguesa às exigências do III Pacote de Energia e que, essencialmente, confere novos poderes à entidade reguladora, visa incrementar a transparência e a supervisão e o reforço dos direitos dos consumidores enquanto utentes deste serviço público essencial, pelo que esta Federação ressalva de forma muito positiva a adequação do conceito de tarifa social; a introdução da figura de apresentação obrigatória de propostas de comercialização; o aprofundamento da separação de imagem das empresas; a actuação do CUR na função de compra e venda de energia; a diferenciação na factura da parcela correspondente a CIEG's; a utilização de meios extrajudiciais e as facilidades de pagamento e meios de informação ao dispor do consumidor em caso de mora.

Lisboa, 15 de Junho de 2011